

Arpilleras: socializando as artes-políticas que retratam denúncias das mulheres atingidas por barragens em territórios nordestinos

Arpilleras: socializing the political artwork that represents the denunciations of women affected by dams in northeastern territories

**Beatriz Rodrigues Fernandes¹,
Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo²,
Marina Calixto Alves³**

1. Oceanógrafa, Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFC). Universidade Federal do Ceará; Instituto Terramar, NEEPA (Núcleo de estudos, experiências e pesquisas em Agroecologia – Programa Residência Agrária). **beatrizrf@live.com** <https://orcid.org/0000-0002-9535-3946>

2. Doutora em Sociologia (UFC). Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFC) e do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP/UFC). **gemaesmeraldo@gmail.com** <http://orcid.org/0000-0001-8995-2734>

3. Engenheira Agrônoma (UFC). Faculdade de Agronomia. Universidade Federal do Ceará. **marinacalisto_@hotmail.com** <http://orcid.org/0000-0001-7038-2890>

Resumo: Diante do desenvolvimentismo capitalista-patriarcal-racista, as mulheres estão entre a parcela mais invisibilizada e violentada das populações silenciadas. Nesse contexto, as mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) resgataram as *arpilleras*, técnica têxtil utilizada pelas chilenas como instrumento de luta político-social durante o período ditatorial militar vivido no país (1973-1990). Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo

socializar arpilleras produzidas pelas mulheres atingidas, como ferramenta para denúncia das violações de direitos às quais seus corpos e seus territórios são submetidos. Assim, através de telas políticas, as mulheres atingidas por barragens bordam a defesa pelos seus territórios e seus modos de vida, a partir dos conflitos e resistências presentes nas suas comunidades do Semiárido Nordeste.

Palavras-chave: Arpilleras. Mulheres atingidas por barragens. Semiárido Nordeste.

Abstract: Faced with capitalist-patriarchal-racist developmentalism, women are among the most invisible and violated portion of the silenced populations. In this context, the women of the Dam-Affected Movement (MAB) rescued the *arpilleras*, a textile technique used by the Chileans as an instrument of political and social struggle during the military dictatorship period in the country (1973-1990). This article aims to socialize *arpilleras* produced by the affected women, as a tool to denounce the violations of rights to which their bodies and their territories are subjected. Thus, through political screens, women hit by dams embroider the defense by their territories and their ways of life, from the conflicts and resistances present in their communities of the Northeastern Semi-arid.

Keywords: *Arpilleras*. Women affected by dams. Northeastern semi-arid.

Introdução

O modelo desenvolvimentista brasileiro fundamenta-se, historicamente, na intensa exploração dos recursos naturais, visando transformá-los em mercadoria (ZHOURI E OLIVEIRA, 2007) para o aporte de lucros, trazendo como custo a marginalização de comunidades tradicionais e a intensa degradação ambiental. Em consequência desse modelo contraditório (MONTIBELLER-FILHO, 1999) que, frequentemente, licencia grandes projetos sem estudos eficazes sobre os impactos socioambientais (ZHOURI E OLIVEIRA, 2007), observa-se o número crescente de conflitos ambientais (CPT, 2017)¹. Tal crescimento da violência no

1. Aumento documentado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) no livro “Conflitos no Campo – Brasil – 2016”, o qual atenta que tal aumento é observado diante do contexto político que sucateia órgãos de fiscalização ambiental.

campo é comentada por Boff (2017) como o resultado do intenso avanço do agronegócio sobre as terras dos povos tradicionais, os quais respondem organizando-se e resistindo coletivamente.

O ano é 2019 e são mais de vinte e quatro mil barragens construídas em todo território brasileiro (ANA, 2018). Esses dados revelam que 3,4 milhões de hectares de terras produtivas já foram inundadas, provocando a expropriação de mais de um milhão de pessoas atingidas. Tais processos de desalojamento das comunidades atingidas são concebidos mediante a intensa violação de direitos humanos². A região Nordeste do Brasil, por exemplo, que possui um clima semiárido, é transformada em espaço para a construção de grandes obras hídricas. Usa-se como justificativa o fornecimento de água para a população do semiárido. No entanto, o que se observa é o direcionamento das águas para indústrias, agronegócio e para as grandes áreas metropolitanas além de outros beneficiários vinculados à indústria da siderurgia e da mineração

Para o Coletivo Nacional de Mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB, 2015, p. 11), “os direitos humanos nascem das lutas populares e se afirmam no processo histórico”, ou seja, a organização considera que sem luta não há garantia de reconhecimento de direitos. Também é evidenciado que dentre as populações inteiramente silenciadas, as mulheres são as mais invisibilizadas e violentadas, fato reflexo da estrutura capitalista-patriarcal-racista, forjada na sociedade (SAFFIOTI, 2004, 2013; FEDERICI, 2017).

O MAB, através da publicação na cartilha “Mulheres atingidas por barragens em luta por direitos e pela construção do projeto energético popular” (MAB, 2015a, p. 42), reconhece a importância do feminismo para o movimento ao afirmar que as “mulheres já afetadas pelas desigualdades de gênero, pela situação das desigualdades sociais, tem sua situação de violação agravada pela construção das barragens”. O relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens” (CEAB) vinculada ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) produzido em 2010, também já destacava que eram as

2. Violações reconhecidas formalmente pelo Estado brasileiro mediante o relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens” (CEAB, 2010), vinculada ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH).

mulheres aquelas com maior dificuldade para reconstruírem seus meios e modos de vida. Dessa forma, as populações marginalizadas, devido à construção desses grandes empreendimentos, eram e são, em sua maioria, compostas por mulheres e mulheres negras³.

Nesse contexto, o Coletivo de Mulheres da Coordenação Nacional do MAB resgatou a técnica das *arpilleras*⁴ chilenas, instrumento de luta político-social utilizado por mulheres durante a ditadura de Pinochet, como forma de denúncia e resistência. Com oficinas de capacitação, o MAB passou a compartilhar, entre as mulheres atingidas por barragens, novas oportunidades para a ressignificação de suas dores ao bordarem suas histórias de vida e resistência.

As *arpilleristas* brasileiras, ao proporcionarem debates e questionamentos sobre as suas realidades, como as chilenas, transformaram o bordado em ato político, alterando seu significado tradicional de atividade considerada do mundo das mulheres. Ressignificaram seus sentidos visando construir e dar reconhecimento às mulheres como sujeitos políticos e protagonistas das lutas sociais.

Este artigo⁵ se propõe assim, a trazer reflexões sobre os novos sentidos atribuídos, por mulheres atingidas por barragens, ao bordado “*arpilleras*” dialogando com essa ferramenta como instrumento de formação política, auto-organização das mulheres e materialização de denúncia das violações de direitos às quais seus corpos e seus territórios são submetidos.

3. Em diagnóstico realizado pela autora principal do artigo, as mulheres envolvidas em sua pesquisa se auto identificaram em 74,5% como negras.

4. Arpillera é uma antiga técnica têxtil e folclórica chilena nascida em Isla Negra, na qual as mulheres utilizam como tela pedaços de saco de juta – arpillera em espanhol – e bordam com retalhos, lãs e linhas coloridas, além de bonecas preenchidas com tecido que dão forma e relevo a arte. A história das políticas é bordada a partir de uma expressividade de força empenhada pelas mãos e corações de mulheres chilenas durante o regime ditatorial de Pinochet (1973-1990).

5. Este artigo faz parte da dissertação de mestrado “Arpilleras e Feminismo. Ressignificações das mulheres atingidas por barragens no semiárido nordestino”, defendida em 2018 junto ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, na UFC.

“Mulheres, água e energia não são mercadorias!”⁶

A partir da forte presença das mulheres no Movimento, o MAB⁷ (2015a) vem buscando compreender que o enfrentamento ao sistema capitalista não existe sem luta feminista, pois o capitalismo necessita ter como base a divisão sexual do trabalho, sendo um sistema patriarcal que explora as mulheres de forma diferenciada (SAFFIOTI 2004, 2013; FEDERICI, 2017). Desse modo, o Movimento possui como uma de suas intencionalidades, contribuir com a formação das mulheres como “sujeitas ativas do processo político e organizativo do movimento” para viabilizar “a emancipação e auto-organização das mulheres (...)” (MAB, 2015a, p. 47) o que proporciona mais espaço de atuação e militância feminina, estimula a problematização das relações de gênero dentro dos lares e comunidades, promovendo o fortalecimento do Movimento na luta contra hegemônica.

O primeiro Encontro Nacional das Mulheres Atingidas aconteceu no ano de

6. Lema do Coletivo Nacional das Mulheres Atingidas por Barragens. Mulheres, água e energia não são mercadoria é também uma arpillera produzida pelo Coletivo Nacional das Mulheres do MAB, representando o direito conquistado pelas mulheres à participação política e à presença no espaço público. No ano de 2015, a arpillera é doada pelo MAB para o acervo permanente do Memorial da América Latina. Fonte: MAB – notícia disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/mab-doa-arpillera-para-memorial-da-am-rica-latina>>. Acesso em 22/03/18.

7. No final da década de 1970 surgia as primeiras ações organizadas de populações atingidas por barragens para defenderem seus territórios, com a criação em 1979 da Comissão Regional de Atingidos por Barragens em Concórdia/SC. Na década de 1980 é criada a Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí/PA, dentre outras. Essas Comissões articularam a nível nacional a realização do 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens em 1989, que resultou na criação do movimento no ano de 1991. Seus primeiros objetivos, voltaram-se para a defesa e a luta pelo reconhecimento da existência de populações nas áreas de construção de barragens, a garantia de reassentamentos e indenizações justas, a denúncia da violação de direitos fundamentais à existência de modos de vida próprios. As mulheres se integravam às ações de resistência desde o princípio, mas foi na década de 1990, que afirmaram serem as violações mais graves sobre as mulheres e se organizaram de forma específica com ações políticas relacionadas às violências de viés patriarcal.

2011, em Brasília e, contou com a presença de mais de 500 representantes de 16⁸ estados brasileiros, além da participação de representantes de movimentos sociais nacionais e internacionais. O Encontro teve como lema “Mulheres em luta por direitos e pela construção de um novo projeto energético popular”. As pautas para debate foram: o atual modelo energético e as consequências da construção das barragens na vida das mulheres. A partir desses debates foram construídos os objetivos voltados para denunciar à sociedade a violação de direitos humanos sofrida pelas mulheres atingidas nesses processos (MAB, 2011A).

Durante o Encontro, foi lançado o relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens” do CDDPH, o qual registrou, oficialmente, que as mulheres eram a parcela da população mais atingida. Fundamentadas nesse documento oficial e compreendendo que, para além da luta contra o modelo de desenvolvimento, era necessário considerar as suas reivindicações específicas, foi criado o Coletivo Nacional das Mulheres Atingidas por Barragens, buscando assim, uma maior mobilização e politização das mulheres atingidas (ERTZOGUE, 2016).

Outro importante fruto foi a escrita e publicação da *Carta Final do Encontro Nacional das Mulheres do MAB*, na qual as atingidas de 16 estados brasileiros e representantes da Argentina, Paraguai e México, denunciaram as formas materiais e imateriais as quais são afetadas pelo modelo de sociedade e pelo atual modelo energético. Afirmaram e denunciaram no texto que:

Não há reconhecimento do trabalho doméstico e do campo; Pela perda do trabalho e da renda: Pela ausência das mulheres nos espaços deliberativos; Pela não qualificação das mulheres do campo para o trabalho urbano; A forma autoritária e truculenta com que os funcionários das empresas tratam e discriminam as mulheres; Ausência de serviços básicos que inviabilizam a mobilização e a participação das atingidas; Perda dos vínculos com a comunidade; Perda e quebra dos laços familiares; Agravamento da violência sexual e da prostituição.

8. BA, CE, ES, GO, MA, MG, MT, PA, PB, PB, PR, RO, RS, SC, SP e TO (MAB, 2011b)

Em suas reafirmações o MAB trouxe ainda a necessidade do reconhecimento da maior opressão histórica sobre as mulheres, a juventude, as populações negras, indígenas e LGBT. Por isso, declararam na Carta que o Movimento não devia ser condescendente com qualquer forma de injustiça ou discriminação (MAB, 2017).

Mulheres bordadeiras e protagonistas de lutas

As *arpilleristas* são citadas por Berenguel e Hernández (2010) como exemplo de movimento de mulheres que, através da costura, criam suas próprias estratégias de luta pela sobrevivência, resistência e transformações das relações sociais. As autoras afirmam que o processo vivido durante o movimento *arpillerista* propicia a tomada de consciência do poder individual e coletivo das mulheres, sendo assim, um importante trabalho de empoderamento. O processo de conversão das atividades socialmente consideradas femininas em instrumentos de legitimação das suas denúncias e dos modos de representação, também é considerado. Assim, as mulheres aproveitam a imposição da divisão sexual do trabalho para transformar atividades, exclusivamente, suas em práticas políticas.

Para Reyes (2015), as *arpilleras* são consideradas instrumento para o empoderamento feminino, pois o processo alimenta a autovalorização e a auto identificação do ser mulher, bem como a solidariedade e a união feminina. Bacic (2008) reflete sobre a contribuição das *arpilleras* para a melhora da autoestima das bordadeiras, além de fortalecê-las e energizá-las na luta por justiça social.

Reyes (2015) comenta sobre a incumbência dos papéis de agentes políticas e guardiãs da memória, conquistados pelas *arpilleristas*. Ao converterem vozes silenciadas em depoimentos vivos, as narrações visuais se transmutam em provas testemunhais para a reivindicação de justiça. A autora destaca que ao trazerem no bordado as cenas do cotidiano e a busca por justiça, as *arpilleras* traduzem a violação de direitos humanos sofrida e, simultaneamente, esboçam o sentimento de esperança em relação ao futuro.

Mulheres da Colômbia, Irlanda, Índia, Alemanha, Senegal e Espanha também se inspiram no poder das *arpilleras* chilenas, onde as oficinas promovem a união do artístico com o político. Através delas se tem acesso aos olhares

das mulheres sobre suas próprias experiências, além de exercer a memória coletiva e a construção de identidades coletivas (BERENGUEL E HERNANDÉZ, 2010).

A utilização de artesanatos têxteis – com teor político-social – por mulheres de diferentes nações como a Tailândia, Laos, Birmânia e Vietnã, bem como da África do Sul, também é resgatada por Bacic (2008). A autora reflete sobre a exteriorização de vivências possibilitada pela arte manual, as quais são recorrentemente intraduzíveis em palavras. Além disso, o artesanato possui como benesse a viabilidade de ser interpretado e compreendido independentemente, do idioma e da cultura do observador.

Bacic (2008, p. 21) observa que:

Existe uma crescente tradição no uso do artesanato manual/têxtil para expressar e representar ações repressivas, violência e trauma. Particularmente a repressão vivida por grupos indígenas, comunidades tradicionais e minorias, durante guerras civis, conflitos armados ou períodos de transição⁹.

O próximo item tratará da introdução da técnica das *arpilleras* no Brasil, através das mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens.

As *arpilleras* como instrumento de luta e denúncia para as mulheres atingidas por barragens brasileiras

O processo de difusão das *arpilleras* no Brasil se iniciou com a exposição “*Arpilleras* da resistência política chilena” concretizada no Brasil no ano de 2011, no Memorial da Resistência, em São Paulo, a partir da realização de uma oficina de *arpilleras* facilitada por Esther Vital¹⁰, que contou

9. Tradução livre realizada pela autora de “*Existe una creciente tradición en el uso de la artesanía manual/textil para expresar y representar hechos represivos, violencia y trauma. Muy en particular la represión vivida por grupos indígenas, comunidades locales de base y minorías, durante guerras civiles, conflictos armados o períodos de transición*”. Bacic (2008, p. 21).

10. Esther Vital é espanhola, educadora e psicóloga. Já havia estudado as *arpilleras* chilenas em 2008, em seu mestrado sobre “Transformações de conflitos” (H3000, 2016). Em seguida, morando no Brasil e participando da Coordenação Nacional do Movimento, sempre sentiu vontade de realizar um

com a participação de mulheres da Coordenação Nacional do MAB. Essa experiência despertou, nas mulheres brasileiras, a inspiração para apresentar a técnica têxtil chilena para as mulheres atingidas por barragens brasileiras, a partir de uma estrutura organizativa já presente no Movimento¹¹. E com a concepção de introduzir as *arpilleras* como instrumento agregador aos processos de formação e organizativos já proporcionados junto às mulheres atingidas.

Surgiu uma oportunidade de parceria entre o MAB e a União Europeia, onde as mulheres do Coletivo Nacional desenvolveram um projeto e programa pedagógico denominado de “*Arpilleras: Bordando a resistência*”¹², realizado entre os anos 2013 a 2015. O texto do projeto se alicerçava no relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens” e aprovado na CDDPH para constituir seu objetivo principal: produzir uma documentação popular – “as *arpilleras*”, sobre as violações de direitos sofridas pelas mulheres atingidas por barragens, em que poderiam protagonizar e externalizar as denúncias sobre as violações padecidas.

Inicialmente, 11 militantes brasileiras do MAB participaram de um encontro com Roberta Bacic¹³ e militantes dos direitos humanos da Argentina e do Chile, em Buenos Aires¹⁴, em 2013. Neste encontro ocorreram oficinas e estu-

trabalho com as *arpilleras* e as mulheres atingidas. Fonte: Esther Vital em entrevista a autora principal.

11. O MAB possui a nível nacional e nos estados uma organicidade construída através de instâncias de Coordenação Nacional e estaduais. As mulheres que compõem a Coordenação Nacional do Movimento, também integram o Coletivo Nacional de Mulheres do MAB. Dessa forma, a metodologia das *arpilleras* foi trabalhada desde o princípio nessa estrutura organizativa, a iniciar pelo Coletivo Nacional, que desencadeou o processo nos estados, a partir dos Coletivos Estaduais de Mulheres, e que por sua vez, desencadearam o trabalho com as mulheres das comunidades atingidas que participam dos Grupos de Base do MAB em cada localidade e região.

12. Projeto financiado pela União Europeia juntamente com o apoio das ONGs austríacas H3000, DKA e Feiso Frei (PENZANI, 2015).

13. Roberta Bacic é pesquisadora e a curadora internacional da exposição “Conflict Textiles”, a qual reúne *arpilleras* produzidas por mulheres em conflitos de diversos países (MAB, 2015).

14. Realizado no marco da exposição internacional “Retalhos Testemunhais: Arpilleras do Chile e outras latitudes”, Parque da Memória, Buenos Aires, 2013.

dos para que as atingidas se apropriassem da história e técnica têxtil. Durante esse processo de imersão, realizou-se um plano de trabalho para a execução do programa pedagógico para as mulheres atingidas brasileiras, com a utilização das *arpilleras*. Esse momento também proporcionou a confecção da primeira *arpillera* produzida pelo MAB (FIGURA 1) – conforme Esther Vital em entrevista à autora principal¹⁵, 2018).

Figura 1: *Arpillera* Onde estão nossos direitos?



Fonte: Catálogo da Exposição *Arpilleras: bordando a resistência* (H3000, 2016).
Foto de Vinícius Denadai, 2013. Primeira *Arpillera* produzida pelo Coletivo Nacional de Mulheres do MAB.

O coletivo do MAB (2013) destaca que a participação das mulheres na facilitação argentina possuía como objetivo a formação das militantes para a realização de oficinas de formação técnica destinadas ao Coletivo Nacional

15. Em julho de 2018, Esther Vital cedeu uma entrevista à autora principal deste artigo, por meio de contato via e-mail e pelo aplicativo de conversas WhatsApp, onde ela falou do processo de desenvolvimento do projeto das *arpilleras* com as mulheres atingidas por barragens.

de Mulheres do MAB no Brasil. Visava ser um instrumento têxtil pelo qual as mulheres poderiam retratar o processo de violações de direitos humanos que sofreram e sofrem com as construções de grandes obras no Brasil, além de incentivar o debate pela equidade de gênero e o protagonismo das mulheres dentro do movimento. Após o retorno das militantes do MAB ao Brasil, realizou-se uma oficina nacional para cerca de 50 mulheres atingidas por barragens, para que as mesmas se tornassem facilitadoras em suas regiões (H3000, 2016). Assim, a técnica de bordado foi – e segue sendo – propagada entre as mulheres atingidas por barragens nas cinco regiões do país, por meio de oficinas de formação e documentação têxtil (PENZANI, 2015).

As oficinas regionais e locais são planejadas a partir do contexto enfrentado pelas mulheres de cada território. No âmbito nacional, consolidam-se os seguintes eixos de diálogo: mundo do trabalho, divisão sexual do trabalho; participação política; relação com as construtoras das barragens; convivência familiar e comunitária; violência contra as mulheres; e acesso à energia. São temas que dialogam com as violações experienciadas pelas mulheres atingidas. As oficinas ocorrem no interior dos Encontros de Mulheres realizados pelas coordenações do MAB e outras vezes, tornam-se o próprio encontro. Os principais objetivos das oficinas de *arpilleras* são a formação política das mulheres, a partir da reflexão crítica sobre as violações de direitos; a produção de documentação dessas violações e das suas denúncias¹⁶. Nesses encontros e oficinas aconselha-se a divulgação das telas bordadas, em exposições e locais públicos a serem escolhidos.

Os eixos de diálogo materializados no âmbito nacional e nos encontros de mulheres são temas anteriormente debatidos e identificados como frentes de lutas e de reflexões nos territórios de origem. São resultados de enfrentamentos que as mulheres vivenciam nos espaços familiares e em suas áreas de produção e reprodução da vida. Ao apresentarem suas experiências de luta em outras escalas de representação, estão a confirmar os eixos que o movimento deve incorporar em suas lutas nas diferentes escalas de atuação (territorial, estadual, nacional e internacional).

16. Fonte: MAB, documentos de orientação para o trabalho das *arpilleras* disponibilizado pela coordenação do MAB – Ceará para a autora principal em 2018.

A coordenadora do MAB, Neudicléia de Oliveira (*apud* WEIMANN, 2015), explica que o resgate da técnica chilena, realizado em mais de 100 oficinas oferecidas pelo Coletivo Nacional de Mulheres do MAB, alcançou mais de 900 mulheres atingidas por barragens de 14 estados brasileiros, entre os anos de 2013 e 2015. Sobre a contribuição do bordado coletivo para a vida das mulheres, Neudicléia argumenta que as *arpilleras* são uma forma de colaboração ao processo de empoderamento vivido por elas. A militante reflete sobre “a resignificação do papel da costura na vida das mulheres” proporcionado pela transformação do bordado, anteriormente “forma de subsistência (...) agora ferramenta de luta”. O debate sobre os conflitos vividos pelas mulheres, propiciado pelas oficinas de produção coletiva das *arpilleras*, assim como o seu caráter político, são elucidados por Neudicléia de Oliveira, ao afirmar que “na guerra das barragens, o bordado virou arma política”.

As oficinas, realizadas nas cinco regiões brasileiras, tiveram como produto mais de 70 jutas bordadas com dor e luta. Parte do acervo produzido pelo Coletivo do MAB foi exposto no Memorial da América Latina¹⁷, na Mostra Internacional “*Arpilleras – Bordando a Resistência*”. A exposição foi dividida em duas sessões, a primeira, batizada “Atingidas por Barragens: Costurando os Direitos Humanos”, apresentou 25 *arpilleras* que simbolizavam a “transformação de vítima à defensora dos direitos humanos”. A segunda sessão contou com a coleção *ConflictTextiles*, que exibiu 12 instrumentos de resistência de mulheres chilenas, peruanas e europeias (EXPOSIÇÃO, 2015).

Tendo em vista um alcance maior e com o objetivo de “denunciar à sociedade brasileira e internacional a violação de direitos das mulheres, especialmente”¹⁸ produziu-se um documentário¹⁹ para contar as histórias de vida,

17. A Exposição Internacional “Arpilleras: Bordando a Resistência” reuniu 37 *arpilleras*, no período de setembro a outubro de 2015, no Memorial da América Latina, em São Paulo – SP.

18. Disponível em <<http://arpilleras.wixsite.com/ofilme/sobre>>. Acesso em 27 de out de 2017.

19. O documentário *Arpilleras – Bordando a Resistência*, sob direção da jornalista catarinense Adriane Canan, foi financiado coletivamente através da plataforma online Cartase. O documentário teve sua estreia realizada com a presença de aproximadamente 400 pessoas no Cine Odeon, Rio de Janeiro-RJ, no dia 29 de agosto de 2017. Foi lançado em outras cidades do Brasil, como, por

de luta e resistência, bordadas nas *arpilleras* brasileiras. O documentário, regado a uma rara sensibilidade, retrata o protagonismo das mulheres – as quais são as mais atingidas – na luta por direitos, por elas, por suas famílias, suas comunidades e seus territórios, afirmando o que é comum às mulheres atingidas ao tempo que revela a singularidade de cada história.

A relação entre o bordado, cultura e política é argumentada por Freire (2016), que sugere a aplicação da *arpillera* como um instrumento estratégico de denúncia e de reivindicação de direitos, “objetificando uma visão de mundo e transformando-a em ação política”, destacando que as mulheres atingidas transmutam um apetrecho cultural em mecanismo de uso político em suas regiões. Em entrevista, Esther Vital compartilha que, para as atingidas, as *arpilleras* vão além da denúncia, sendo instrumento para a construção da sua própria visão da realidade, um “local de subjetividade, de linguagem própria, a costura. Onde elas podem incluir contradições, emoções e razões, partindo dos seus cotidianos”.

A contribuição das *arpilleras* na luta por justiça social é traduzida pelo Coletivo Nacional de Mulheres do MAB (*apud* EXPOSIÇÃO, 2015), como uma forma de linguagem de caráter próprio, a qual é alheia a linguagem do opressor. Ao tempo que a realidade é transpassada pela linha, agulha e retalhos no bordado, utensílios estes que compõem o universo reprodutivo, as mulheres atingidas sentem-se inspiradas para (re)escreverem as suas próprias histórias.

Para Ertzogue (2016), a *arpillera* é construída por mãos que bordam sentimentos e revelam memórias, portando, assim, as histórias de violações de direitos as quais mulheres e suas comunidades foram submetidas. A autora considera a técnica “um artesanato têxtil tipicamente feminino, - no qual - costura e bordado estão articulados por gestos íntimos, em longas horas de dedicação, resultando numa produção coletiva de mulheres”. Da mesma forma, comenta que “estamos no início da história das *arpilleras* brasileiras” e, conclui realçando o papel subversivo e ressignificativo dessas, ao expressar que essa produção realizada pelas mulheres atingidas por meio de “mãos invisíveis que

exemplo, Florianópolis e São Paulo, seguindo em lançamento por outras capitais brasileiras. No Ceará, o documentário foi lançado em 28 de abril de 2018, no Cineteatro São Luís, em Fortaleza.

bordam memórias e fazem da costura um ato transgressor”.

Nos tópicos a seguir, serão socializadas duas *arpilleras* bordadas por mulheres de territórios atingidos por barragens e/ou ameaçados por grandes empreendimentos no Nordeste do Brasil. Essas mulheres estiveram reunidas em Fortaleza (CE), Petrolina (PE) e Juazeiro da Bahia (BA) entre os anos de 2016 e 2018, a partir do Projeto “Mulheres atingidas por barragens construindo o conhecimento agroecológico em áreas rurais do semiárido nordestino”²⁰.

As duas *arpilleras* aqui trazidas para reflexão foram bordadas durante a oficina realizada como atividade do Curso de Formação em Feminismo e Agroecologia, que fez parte das ações do projeto acima citado. As mulheres que participaram da oficina e bordaram as *arpilleras* fazem parte de empreendimentos situados no estado do Ceará: em barragens do Castanhão, de Aracoiaíba e Figueiredo e por obras hídricas do Canal de Integração das Águas e do Complexo Industriário e Portuário do Pecém; no estado de Pernambuco e Bahia atingidas pela barragem de Sobradinho, do Vale do Rio São Francisco e ainda em Pernambuco, ameaçadas pelo projeto de barragem do Riacho Seco e Pedra Branca. Retrataram em seus bordados esses empreendimentos.

20. O Projeto “Mulheres atingidas por barragens construindo o conhecimento agroecológico em áreas rurais do semiárido nordestino” teve o apoio da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ) então vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, extinto com o impeachment da então presidenta Dilma Rousseff (2016). O projeto envolveu diretamente 60 mulheres do Ceará, Bahia e Pernambuco e foi executado pelo Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Agroecologia (NEEPA) vinculado ao Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará em parceria com a Coordenação de Mulheres do MAB do Ceará. O projeto atuou em processos de formação baseados na pedagogia de alternância, na realização de intercâmbios e na construção de diagnóstico participativo aonde foi possível sistematizar olhares e experiências das mulheres atingidas no âmbito dos desafios para a reestruturação social, econômica e produtiva, abordando-se a agroecologia e o feminismo como fundamentais nas estratégias adotadas para reconstrução da vida das mulheres (ALVES e ESMERALDO, 2018).

Bordando os laços comunitários, familiares e a relação com a terra: *Arpillera* 1

As populações atingidas por barragens são constituídas por povos que ocupam tradicionalmente o espaço ambiental, tais como nas comunidades quilombolas, ribeirinhas e em comunidades indígenas. No caso das mulheres envolvidas no projeto citado e no curso de Formação em Feminismo e Agroecologia eram mulheres de origem ribeirinha e de comunidades quilombolas. As populações tradicionais são plurais em sua diversidade, mas ressalta-se que possuem como similaridade um modo de vida intrinsecamente relacionado ao ambiente que ocupam. A afinidade mulher-natureza-homem é harmonizada pelos saberes ancestrais perpassados de geração em geração. Assim, são relações estabelecidas em profunda intimidade, aonde sabe-se que há tempo de plantar e há tempo de colher.

O respeito ao tempo e aos ciclos da terra não é o único fator que diferencia essas populações da sociedade econômica capitalista que explora, degrada e esgota os recursos naturais por vê-los apenas como mercadoria de troca. Ao contrário do sistema capitalista que demarca terras, visando à acumulação e a privatização, o território é bem-comum dos povos tradicionais. Isto é, a utilização da terra, da água, dos recursos naturais é socializada. Nesse sentido, além de proporcionar a existência e os modos de vida dessas populações, o território também é o espaço de afetividades. As relações comunitárias são o exemplo de que há forma de (re)existência que não implica em uma individualidade e em competição.

Quando populações tradicionais são expropriadas de seus territórios, tornam-se submetidas à violência da expropriação dos seus modos de vida, como as próprias mulheres documentam ao bordarem a *Arpillera* 1 nominada de “Perda dos laços comunitários, familiares e da relação com terra”. As *arpilleras* bordaram dois momentos, a vida antes da barragem: “*então, a nossa peça quer retratar isso, a nossa riqueza...*”, com o destaque da representação do rio como fonte de alimento, renda, lazer, socialização, etc. e o depois: “*...e com o empreendimento a gente se torna totalmente pobre, obrigados, né?*”, momento com poucos elementos bordados, o que comunica a ausência do rio, por conseguinte,

a falta dos meios de existência e dos elementos naturais que envolvem o território e os modos de vida.

A definição de pobreza é dada para a nova configuração imposta a essas mulheres e suas comunidades. Frequentemente realocadas para espaços que não dispõem das propriedades naturais necessárias para a reprodução dos seus modos de vida, as famílias são coagidas a uma realidade de escassez de recursos ambientais. Para uma comunidade ribeirinha, a qual tem seu modo de vida estreitamente relacionado ao rio, a opressão se dá, sobretudo, pela privação do território a beira do rio. Em especial para as populações do Semiárido Nordeste, região de poucas chuvas, o acesso ao recurso natural (a água dos rios) é negado, como as mulheres compartilham “*a gente é expulsa pra umas terras que não tem água, né, sendo que onde a gente tava a nossa riqueza era a água, e a gente fica dependente de carro pipas*”. Destaque retratado na *Arpillera 1* através do carro pipa bordado paralelamente ao rio (FIGURA 2). Nessa lógica, as comunidades que antes desfrutavam de certa autonomia se veem obrigadas a buscarem outras formas de sustento, como relatado pelas *arpilleristas*, “*a gente fica totalmente dependente do capital, a gente não consegue produzir*”.²¹

Figura 2: Detalhe da *Arpillera 1* “Perda dos laços: “A nossa riqueza era a água...”



Foto: Beatriz Fernandes, junho de 2017.

A perda dos laços comunitários e da identidade coletiva ocasionados pela expropriação e expulsão de famílias de seus territórios de origem, tem se intensificado nas últimas décadas em países com recursos ambientais protegidos por

21. Os depoimentos das mulheres apresentados neste artigo foram recolhidos durante a Formação em Feminismo e Agroecologia e autorizados a serem publicados.

comunidades camponesas, ribeirinhas, indígenas e quilombolas. Na tentativa de superar crises do capital o modelo neoliberal é usado na sua mais cruel face – a da “acumulação por expropriação”²² com a instalação de grandes empreendimentos como barragens, siderurgias, exploração de minérios, de forma não pacífica, com o uso da violência sobre as populações nativas, da não observância de legislações, da mercantilização de diferentes meios de produção da existência. A desterritorialização de comunidades tradicionais leva a perdas emocionais, culturais, afetivas e sociais irreparáveis, mesmo com as políticas de reassentamentos em novas áreas.

As mulheres, especialmente, perdem muito com a desestruturação comunitária. Pode-se visualizar através da *Arpillera 1* a diferença bordada entre a mulher que antes da barragem desfruta do coletivo, enquanto a mulher após o empreendimento é ilustrada de forma isolada. As atingidas resgatam que as atividades realizadas no rio eram desenvolvidas em cooperação com outras mulheres. Como por exemplo, a lavagem de roupas, “*se uma tinha mais roupa pra lavar que eu... me dá aí mulher, ninguém ficava lavando roupa sozinha*”. O rio constituía o elemento central da cultura, promovendo a socialização das mulheres, o estreitamento de laços e o fortalecimento por estarem unidas.

Não obstante, a mulher bordada sozinha no momento pós-barragem retrata além da perda dos laços familiares, a dor pela privação de convivência com suas filhas, filhos e seus maridos. Isto porque, com a expropriação dos meios de produção, muitos homens buscam uma fonte de renda em trabalhos que ficam em localidades distantes das suas, enquanto muitos filhos e filhas tentam outra forma de vida na sociedade urbana.

Essa questão expõe as mulheres a um maior estado de vulnerabilidade, expostas às violências que se estabelecem nas regiões de barragens, como colocado por uma das artistas dessa *Arpillera 1* “*nossos maridos têm que ir pra fora trabalhar, deixando a gente sozinha, e... à mercê da sorte*”.

Ao considerarem a temática do feminismo, central, no Curso de Formação em Feminismo e Agroecologia a coordenação do evento aporta-se na construção de uma pedagogia feminista compreendida como ação reflexiva, crítica e

22. Sobre o conceito de “acumulação por expropriação”, consultar Harvey (2004).

libertadora. Acorando-se, especialmente, nas falas e experiências das mulheres participantes o saber reflexivo vai sendo costurado entre linhas e tecidos. Três elementos são interligados: a experiência das mulheres em seus territórios, a construção coletiva do saber em favor das mulheres e o reconhecimento das mulheres como sujeitos de conhecimento. Coletando a perspectiva das mulheres sobre suas experiências a pedagogia feminista vai se tecendo nas relações sociais e fazendo pulsar a externalidade das opressões sofridas no âmbito familiar, social e nas relações com os empreendimentos e o Estado. A costura política desvela relações patriarcais que podem estar situadas nas relações familiares e também nas relações com o Estado e o capital. Problematizando papéis tradicionalmente construídos as mulheres desocultam e descobrem-se subordinadas a um modelo de desenvolvimento que as oprime enquanto partícipes de uma classe social, enquanto mulheres e negras. Esse somatório de opressões se vincula e age de forma interligada e para isso, precisa ser compreendido nessa conexão pelo discurso feminista que passam a defender.

O território como espaço de produção e reprodução da vida é situado na luta em defesa dos bens comuns – como a água e a terra. A desterritorialização desorienta os caminhos para a soberania e a segurança alimentar das famílias e seu enfrentamento se faz com tomada de consciência e auto-organização das mulheres. As contradições entre os projetos de desenvolvimento aportam compreensões sobre os diferentes entendimentos do significado da vida para os seres terrestres. E é pela via da criação do conflito que as contradições são desnaturalizadas.

Arpillera 1: “Perda dos laços familiares e comunitários”



Foto: Beatriz Fernandes. Arpillera bordada por mulheres atingidas barragem do Castanhão, barragem de Figueiredo, barragem de Aracoíaba, barragem de Sobradinho e ameaçadas pelo projeto de barragem do Riacho Seco e Pedra Branca, em Fortaleza, 2017.

A negação ao acesso à água e à energia: bordando a Arpillera 2

O Semiárido Nordeste possui um clima seco, de pouca e instável pluviosidade, como popularmente se conhece. Esse fator é utilizado como justificativa para a transformação dos territórios dos povos tradicionais em paisagem para a construção de grandes obras hídricas. Alega-se que os grandes empreendimentos proporcionariam o desenvolvimento rural, mediante o fornecimento de água para a população do Semiárido. Contudo, o que se observa na realidade, é a construção de barragens de acúmulo de água para o abastecimento

do agronegócio, de indústrias e dos grandes centros metropolitanos. Para a população rural, utilizada inicialmente como o escopo para a implementação de tais obras, resta às violações de direitos humanos e, entre esses, está a negação ao acesso à água.

Como bordado pelas mulheres atingidas na *Arpillera* 1 “Perda dos laços”, as comunidades ribeirinhas que antes conservavam seu modo de vida indissociavelmente relacionado ao rio, têm o seu direito de acesso à água violado e negado. A Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei nº 9.433/1997, institui a água como bem de uso comum, declarando que, em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos deve ser destinado ao consumo humano e a dessedentação de animais. No entanto, o que se observa no Semiárido Nordeste é a crescente privatização da água. O projeto de construção da transposição do Rio São Francisco é um exemplo de como o acesso à água desse empreendimento tem beneficiado prioritariamente às grandes empresas rurais produtoras de fruticultura com base na monocultura. Nessa lógica a água passa a se constituir como um bem econômico e a ser gestada através de outorga para acesso (LINS, 2011). “*Lá tem água, mas é água só pra ver*”, comenta uma das atingidas bordadeiras, compartilhando que o Canal da Integração²³ passa próximo a sua comunidade, a qual contraditoriamente depende de carros pipa para o abastecimento de água. Similarmente, as mulheres de comunidades atingidas pela barragem da Usina Hidrelétrica (UHE) de Sobradinho, vale do rio São Francisco, Bahia e Pernambuco, denunciam que além da água, há também a negação ao acesso à energia, visto o valor exorbitante cobrado, especialmente para as famílias rurais das proximidades da UHE.

23. O Programa de Gerenciamento e Integração de Recursos Hídricos (Progerirh) constrói um complexo de obras de engenharia como barragens, adutoras, canais, para interligar as bacias hidrográficas do Estado do Ceará, visando o abastecimento dos complexos industriais de Maracanaú e Pecém e região metropolitana de Fortaleza. O Canal da Integração é a principal obra do Progerirh, com aproximadamente 255 km de extensão, transpondo as águas do rio Jaguaribe. Observa-se que as obras do Canal da Integração atingem as unidades principalmente dificultando o acesso à água (LINS, 2011).

Arpillera 2: “Água e energia não são mercadoria!”

Foto: Beatriz Fernandes. *Arpillera* bordada por mulheres atingidas barragem do Castanhão, barragem de Aracoíaba e barragem de Sobradinho em Fortaleza, 2017.

Observa-se assim, que os grandes empreendimentos construídos no Semiárido Nordeste, visam o abastecimento dos complexos industriais, centros urbanos e o agronegócio na zona rural. Ou seja, ao invés de considerar o bem-estar da população local, o lucro é visado a todo custo, sem proporcionar retornos positivos às comunidades rurais violentadas em consideráveis dimensões, como abordado ao longo desse artigo. Nesse sentido, a partir das suas perspectivas sobre as suas vivências, as mulheres atingidas bordaram a *Arpillera 2* “Água e energia não são mercadoria!”.

Tais autoras bordadeiras são mulheres de diferentes realidades. Há as atingidas por barragens de acúmulo de água no Estado do Ceará, o Castanhão e Aracoíaba, enquanto as mulheres do vale do rio São Francisco são atingidas pela barragem da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, Bahia, a qual foi

construída para geração de energia além do acúmulo de água, como supracitado. Dessa maneira, as *arpilleristas* buscam retratar as duas realidades, bordam a barragem, o canal de água e as torres de transmissão de energia. Em coletivo, as mulheres bordam outras dessemelhanças de suas comunidades evidenciando, por exemplo, a permanência de famílias que moram em casas de taipa, bordando no centro da *arpillera* casinhas com tecido cor de barro.

Assim como o nome escolhido para a *Arpillera 2*, as mulheres atingidas representam na tela um lema da luta popular: “*o preço da luz é um roubo que tira a comida do povo*”. O preço exorbitante da energia elétrica brasileira é retratado através dos ícones: cifrão e lâmpada, a denúncia é explanada pelo prato de comida anulado e vazio que os acompanha (FIGURA 3). As *arpilleristas* delatam a contradição do modelo energético que produz a energia em seus territórios, bordando as torres de transmissão que atravessam as suas comunidades, mas que não a distribui para a população local. Os centros urbanos também são bordados, simbolizando para quem a energia elétrica é produzida. “*A energia ela é gerada aqui, ela passa pela comunidade, mas a comunidade não tem energia*”. Portanto, contraditoriamente, mesmo com a proximidade da Usina Hidrelétrica às comunidades, não há o fornecimento de energia, ou quando há, o valor é inacessível. Nessa lógica, as famílias atingidas são submetidas à escolha de pagar a conta de luz ou colocar alimento na mesa, como colocado por uma *arpillerista* “*a família pode ter energia, mas essa energia é muito cara, as vezes ela tem que deixar, tem que diminuir a alimentação pra ter condições, pra poder pagar essa energia*”.

Figura 3: Detalhe da *Arpillera 2* “Água e energia: “O preço da luz é um roubo que tira a comida do povo”



Foto: Beatriz Fernandes, junho de 2017.

A violação do direito ao acesso a água também é denunciada nessa *Arpillera 2*. As comunidades expropriadas dos seus territórios e do seu livre acesso ao rio, tornam-se dependentes das cisternas e de carros pipa para o abastecimento de água, inclusive as que estão nas proximidades dos canais que a transportam. Assim, as mulheres retratam as chuvas na *Arpillera 2*, sobre a produção das mulheres: “*então essas famílias mesmo estando próximas ao canal elas dependem da chuva pra poder plantar, aqui é a chuva viu? Elas dependem da chuva pra plantar e pra criar seus animais*”. Além disso, a privação à água atinge as mulheres de forma específica. Isto porque, historicamente, mediante a atribuição do trabalho reprodutivo e de cuidados, as mulheres são as grandes responsáveis pelo suprimento de água para as suas famílias. Para isso, elas chegam a caminhar longas distancias sob o sol quente, retornando com uma lata pesada sobre a cabeça. Realidade ainda enfrentada por mulheres atingidas no Semiárido Nordeste, como as *arpilleristas* denunciam ao bordarem a mulher com a lata de água na cabeça, que buscou nos “*açudes ou do próprio canal que passa, mas que não tem uma distribuição dessa água pra atender as famílias*”. Assim, destaque-se que as mulheres atingidas sofrem uma opressão de gênero com a negação ao acesso à água, visto que por serem mulheres, são as responsáveis pela garantia de água para a família.

Durante o processo criativo e coletivo de confecção das *Arpilleras 1 e 2*, as mulheres também dialogam sobre a questão: água para quem? Além de serem atingidas pela obra em si, a expropriação dos seus territórios e a negação ao acesso à água, as mulheres são atingidas pelo agronegócio, abastecido justamente pelas águas dos seus rios, que foram tomadas e acumuladas nas barragens. Elas refletem criticamente, expondo que “... *a gente tentou retratar o monocultivo (...) que eles têm acesso a essa água, né? O canal já é construído (...)*” outra *arpillerista* comenta a importância do debate proporcionado pela metodologia das *arpilleras* para as mulheres atingidas, “*é fundamental interessar no que nos atingiu, aquele trabalho e tudo o mais gera lucro, muito lucro, pra um conglomerado de empresas que produz o agronegócio, não produz alimento, produz mercadoria*”, questionando também o produto alimentício envenenado fornecido pelo agronegócio.

O agronegócio cerca terras e contribui com a privatização da água, além de contaminar o solo e os leitos hídricos devido à intensa utilização de agrotóxicos. Há relatos de envenenamento direto sobre comunidades, visto que há a pulverização aérea. Assim, com a terra, as águas e os ventos contaminados, as comunidades cerceadas pelo agronegócio estão em vulnerabilidade socioambiental, expostas a produtos tóxicos que trazem prejuízo à saúde humana e ao meio ambiente. Mas mesmo em vulnerabilidade, os sujeitos se organizam nas lutas sociais coletivas (PONTES, RIGOTTO E SILVA, 2018) denunciando as violações de direitos e anunciando as suas resistências, como as mulheres atingidas do Semiárido Nordeste apresentam neste texto.

As mulheres que atuam no MAB, um movimento de caráter misto, são levadas inicialmente, a atuarem para o interior de sua organização para apontarem que há indicadores específicos que afetam suas vidas quando da expropriação e expulsão de seus territórios de origem pelo avanço de empreendimentos do capital. E ao lutarem em diferentes frentes (para dentro e para fora) descobrem que o modelo de desenvolvimento imposto pelo capitalismo é duplamente perverso para as mulheres, pois estão a enfrentar uma sociedade que se estrutura em relações opressoras de classe, gênero e raça.

Assim, incorporar dialeticamente, a compreensão de que a atuação feminista para combater o patriarcado, deve se fazer também alinhada ao combate

ao modelo capitalista e racista. São desafios que estão na base do trabalho formativo das mulheres e dos homens que integram esse movimento para a defesa de seus territórios. O bordado *Arpillera* se faz, portanto, um instrumento estratégico e uma pedagogia feminista para internalizar e externalizar a condição de opressão vivenciadas pelas mulheres atingidas por barragens e para a sua superação.

Referências

ADAMS, Jacqueline. Art in Social Movements: Shantytown Women's Protest in Pinochet's Chile. **Sociological Forum**, vol. 17, n. 1, p. 21-56, 2002.

AGOSÍN, Marjorie. Tapestries of Hope, Threads of Love – the Arpillera Movement in Chile 1974-1994. Rowman&Little field Publishers. Ed. 2. EUA. 2008.

ALVES, Marina Calisto e ESMERALDO, Gema Galgani. Feminismo e agroecologia: olhares, experiências e desafios das mulheres atingidas por barragens no Semiárido Nordeste. **Revista Encontros Universitários da UFC**, v. 3, n. 1, XXVII Encontro de Extensão. 2018.

ANA – Agência Nacional das Águas. **Relatório de Segurança de Barragens**. Brasília, 2018.

ANDRADE, Saskia Melo; ESMERALDO, Gema Galgani S. L.; FERNANDES, Beatriz Rodrigues. **Contribuições da Assistência Técnica e Extensão Rural** - Ater específica para mulheres na vida das agricultoras localizadas no território de Sertões de Canindé, Estado do Ceará. In: 13º Mundo de Mulheres e Fazendo Gênero 11, 2017, Florianópolis. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), 2017.

ANDRIOLI, Liciane e NADALLETI, Cristiane. A trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens no contexto da luta de classes do século XXI no Brasil. **Anais do Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois**, 2013.

BACIC, Roberta. Arpilleras que claman, cantan, denuncian e interpelan. **Revista Hechos del Callejon**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. N. 42, p. 20-22. Colombia. 2008.

BERENGUEL, María Viñolo e HERNÁNDEZ, Alba Pérez. Las arpilleras, una alternativa

textil feminina de participación y resistencia social. In: GIL, Gregório (org.) *¿Por qué tienen que decir que somos diferente? Mujeres in migrantes, sujetos de acción política*. Creative, 2010.

BOFF, Leonardo. **Conflitos no campo, suas causas e possíveis saídas**. CPT – Conflitos no campo – Brasil 2016, p.26-30, 2017.

BRONTANI, Cláudio. História da luta contra as barragens do rio Uruguai. **Proposta – Experiências em Educação Popular**. Rio de Janeiro, n. 46, p. 24-31, 1990.

CPT Nacional – Brasil. **Conflitos no campo – Brasil 2016**. Goiânia, 2017.

ERTZOGUE, Marina Haizenreder. Mulheres, água e energia não são mercadorias: Coletivo das mulheres do MAB e a organização de oficinas para confecção de arpilleras como instrumento de resistência das populações atingidas. **Anais do IV Encontro Internacional Ciências Sociais e Barragens**, 2016.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a Bruxa – Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva**. Editora Elefante. 2017.

FERNANDES, Beatriz R. **Arpilleras e Feminismo**. Resignificações das mulheres atingidas por barragens no semiárido nordestino. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. UFC, 2018.

FREIRE, Ralyanara. Bordando transgressões, arpillera e a luta de mulheres contra Belo Monte. **Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul**. V. 1, n. 1, p.68-74, 2017.

FUCHS, Werner. Organizar o imprevisível? Metodologia da luta popular contra Itaipu. **Proposta – Experiências em Educação Popular**. Rio de Janeiro, n. 46, p. 9-15, 1990.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

H3000. Experience in Detail “Arpilleras – Bordando a Resistência”. Viena, 2016.

LINS, Cíntia dos Santos. Das águas transportadas às águas dispostas: uma análise da implantação do canal da integração (CE). **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 13, n. 1, p. 23-37, Sobral, 2011.

MAB. **Começa o Encontro Nacional das Mulheres do MAB**. 2011a. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/>

come-encontro-nacional-das-mulheres-do-mab>. Acesso em 30 out. 2017.

_____. **Carta Final do Encontro Nacional das Mulheres do MAB.** 2011b. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/carta-final-do-encontro-nacional-das-mulheres-do-mab>>. Acesso em 30 out. 2017.

_____. **A criação das comissões regionais de atingidos.** 2011c. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/content/2-cria-das-comiss-es-regionais-atingidos>>. Acesso em 15 dez. 2017.

_____. **Mulheres atingidas por barragens em luta por direitos e pela construção do projeto energético popular.** Cartilha. São Paulo, 2015a.

_____. **Atingidas por barragens participam de oficina de Arpillera na Argentina.** 2013. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidas-por-barragens-participam-oficina-arpillera-na-argentina-0>>. Acesso em 24 out. 2017.

_____. Arpilleras: a costura como ferramenta política. 2015. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/arpilleras-costura-como-ferramenta-pol-tica>>. Acesso em 24 out. 2017.

_____. Ideias centrais do Oitavo Encontro Nacional do MAB. 2017. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/ideias-centrais-do-oitavo-encontro-nacional-do-mab>>. Acesso em 24 nov. 2017.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. O Mito do Desenvolvimento Sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Tese, Programa Interdisciplinar de Doutorado em Ciências Humanas: Sociedade e Meio Ambiente/CFH-UFSC, 1999.

PENZANI, Renata. A revolução será costurada. Revista da Cultura. 93. p. 42-45. São Paulo: Livraria Cultura, 2015.

PONTES, Andrezza Graziella V.; RIGOTTO, Raquel Maria; SILVA, Jennifer Vale. Necessidades de saúde de camponeses em conflito ambiental frente à instalação de Perímetros Irrigados. Ciência e Saúde, v. 23, n. 5, p. 1375-1386, 2018.

REYES, Alma Cordelia Rizzo. Las mujeres y el arte de defender el derecho a la memoria: comentario de Tapices de esperanza, hilos de amor de Marjorie Agosín *et al.* Revista del Centro Nacional de Derechos Humanos. Comisión Nacional de los

Derechos Humanos, México. N. 24, p. 87-90. 2015

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

_____. A mulher na sociedade de classes, mito e realidade. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, Carmen. Os sentidos da ação educativa no feminismo. Experiências em Pedagogia Feminista. Recife: SOS Corpo, p. 8-27, 2010.

SOUZA, Celso Pereira de. O sertão virou mar: a luta em Itaparica. Proposta – Experiências em Educação Popular. Rio de Janeiro, n. 46, p. 33-39, 1990.

VIANNA, Aurélio. O movimento de atingidos por barragens e a questão ambiental. Proposta – Experiências em Educação Popular. Rio de Janeiro, n. 46, p. 5-8, 1990.

_____; LEROY, Jean-Pierre e TAVARES, Ricardo. Lutas de resistência ou lutas por um novo modelo de sociedade? Proposta – Experiências em Educação Popular. Rio de Janeiro, n. 46, p. 54-57, 1990.

WEIMANN, Guilherme. “Na Guerra das barragens, o bordado virou arma política”. Brasil de Fato, São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/32097/>>. Acesso em 26 out. 2017.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Desenvolvimento, Conflitos Sociais e Violência no Brasil Rural: O caso das usinas hidrelétricas. Revista Ambiente e Sociedade, v. X, n. 2, p. 119-135. Campinas, 2007.

Recebido: 16/09/2019

Aceito: 14/04/2020